

INTERVENÇÕES PSICOPEDAGÓGICAS E EDUCAÇÃO INFANTIL: perspectivas de docentes de escolas de Ubá/MG

VALE, Bianca Maria da Silva do¹; CARMO, Amanda Juliana do²;
CONDÉ, Patrícia Peluso²; ARAÚJO, Ludmilla Carneiro²



¹Graduação Pedagogia - UNIFAGOC. biancasilva350@gmail.com

²Docente Pedagogia - UNIFAGOC

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo investigar as percepções das professoras de uma escola de Educação Infantil da rede privada e outra da rede pública municipal de ensino, ambas localizadas em Ubá-MG, sobre o papel da psicopedagogia e suas intervenções no processo de ensino-aprendizagem da criança. Para realizá-lo, optou-se por uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, a partir de apoio teórico encontrado em artigos científicos e livros. Foram convidados para participar da pesquisa professores que atuam na Educação Infantil de ambas as escolas, utilizando-se de questionário aberto, aplicado via Google Forms. Os resultados revelaram que os participantes entendem que o papel do psicopedagogo é, sobretudo, corretivo, relacionado à intervenção mediante as dificuldades de aprendizagem; logo não enfatizam a função preventiva do profissional. Quanto à atuação, o espaço da escola foi considerado o ideal para a atuação do psicopedagogo e os resultados das intervenções em relação aos alunos satisfatórias de acordo com os participantes desta pesquisa.

Palavras-chave: Psicopedagogia. Educação Infantil. Ensino-aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

No século XIX, as discussões que surgiram sobre o fracasso escolar destacaram o papel da escola, da família, dos professores e da própria criança em suas dificuldades de aprendizagem (JOMAR *et al.*, 2014). Por muito tempo, a Pedagogia e a Psicologia tentaram explicar o fracasso escolar; entretanto, segundo Bossa (2019), essas áreas, juntas, não foram suficientes para explicar um fenômeno tão complexo.

Assim, surge a Psicopedagogia como uma área interdisciplinar que se localiza na fronteira entre a Psicologia e a Pedagogia e cujo objeto de estudo é o processo de ensino-aprendizagem humano (BOSSA, 2019). Portanto, o profissional atua nas dificuldades de aprendizagem através de estratégias específicas para a superação dos obstáculos que travam a aprendizagem. Atenta-se, também, ao propósito terapêutico da sua formação e lida-se com indivíduos tanto na prevenção quanto na correção das dificuldades de aprendizagem (MERY, 1985 *apud* BOSSA, 2019), pois ele estuda o processo de aprendizagem e suas dificuldades e deve englobar vários conhecimentos, integrando-os (SCOZ, 1992 *apud* BOSSA, 2019).

Na ação preventiva, o profissional adota uma postura crítica mediante o fracasso escolar, propondo várias alternativas pedagógicas para aplicação na escola.

Por isso, pode-se dizer que o trabalho é preventivo e clínico (MERY, 1985 *apud* BOSSA, 2019).

Por outro lado, na ação corretiva, o psicopedagogo tem o objetivo de diminuir o problema de aprendizagem, atuando na orientação de professores e no aconselhamento aos pais. Para isso, na Educação Infantil, esse profissional recorre, geralmente, à ludicidade como forma de estimular todas as habilidades e potencialidades da criança e desenvolver seu lado social, motor e cognitivo (FORMIGA *et al.*, 2020).

Nessa etapa de ensino, inclusive, o papel do psicopedagogo é compreender os motivos de a criança ter dificuldades de aprendizagem e como ela poderá aprender melhor, através de intervenções (BOSSA, 2019). Desse modo, o profissional passa a compor o contexto do indivíduo, entre as rotinas da escola e da família; também pode orientar os professores, apresentando formas para melhorar o desempenho escolar da criança.

Considerando o papel do psicopedagogo para melhor desenvolvimento escolar da criança e sua interferência direta ou indireta na prática docente, este estudo pretende responder à seguinte pergunta: como os professores de uma escola privada e de outra pública municipal de Educação Infantil de Ubá-MG percebem o papel da psicopedagogia e suas intervenções no processo de ensino-aprendizagem da criança?

Para tanto, o objetivo geral desta pesquisa é investigar as percepções dos professores de uma escola de Educação Infantil da rede privada e outra da rede pública municipal de ensino, ambas localizadas em Ubá-MG, sobre o papel da psicopedagogia no ambiente escolar. Além disso, projetam-se os seguintes objetivos específicos: verificar o entendimento das professoras sobre a atuação psicopedagógica na escola; identificar as razões do acompanhamento psicopedagógico dos alunos dos professores participantes do estudo; investigar, na perspectiva dos professores, os resultados das intervenções psicopedagógicas no processo ensino-aprendizagem dos alunos em sala de aula.

Os resultados deste estudo podem colaborar para que a sociedade compreenda o papel do psicopedagogo no ambiente escolar, ampliando as discussões sobre o exercício da profissão e sua regulamentação.

REFERENCIAL TEÓRICO

A base teórica do presente estudo se relaciona aos estudos da história da Psicopedagogia no Brasil, ao papel e à atuação do profissional psicopedagogo e às suas atribuições na Educação Infantil.

A psicopedagogia no Brasil: surgimento e conceitos

Desde a década de 1960, a Psicopedagogia começa a ser falada no Brasil com a predominância da ideia de que as dificuldades de aprendizagem decorriam apenas de disfunções neurológicas (SETUBAL, 2017). Entre 1960 e 1970, os teóricos da área se embasavam no Behaviorismo e no Humanismo, sendo que o primeiro se fundamentava no estímulo resposta e o segundo, em atender à vontade daquele que aprende (ANJOS; DIAS, 2015).

Setúbal (2017, p.12) afirma que a prática da “psicopedagogia surge juntamente com a criação da Escola Guatemala, no Rio de Janeiro, na década de 1980”. Entretanto, Nádia Bossa, uma das principais estudiosas da Psicopedagogia no Brasil, explica que já na década de 1970 havia cursos de especialização na área que tratavam de temáticas sob o enfoque de um tipo de pedagogia terapêutica para solucionar dificuldades com crianças consideradas “problema”, mas que frequentavam classes comuns.

O primeiro curso de Psicopedagogia surgiu em 1979, no Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo, descrito por objetivar a valorização das atitudes do educador. Todavia, apenas a partir da década de 1990 é que os cursos de especialização na área se expandiram (SANTOS, 2009).

De acordo com Bossa (2011), a Psicopedagogia tem o intuito de ajudar as pessoas com dificuldades de aprendizagem e, sobretudo, atuar nas ações preventivas em instituições e na clínica, com atendimentos individualizados. Sobre a estruturação teórica desse campo, a autora afirma que tem como objeto de estudos o processo de aprendizagem.

Atualmente, a Psicopedagogia possui “um enfoque interdisciplinar, abrangendo a Pedagogia, a Psicanálise, a Psicologia, a Epistemologia, a Linguística e a Neuropsicologia, dentre outras áreas do conhecimento” (BOSSA, 2011, p. 40). Pode-se dizer que há grandes diferenças entre essas áreas de experiências, mas que convergem na Psicopedagogia no contexto das técnicas de ensino-aprendizagem.

Bossa (2019, p. 23) relata que a Psicopedagogia, enquanto produção de um conhecimento científico, nasceu da “necessidade de uma melhor compreensão do processo de aprendizagem” e da “aplicação da psicologia à pedagogia”. Portanto, a Psicopedagogia é uma aplicação da Psicologia à Pedagogia.

Entende-se que a Psicopedagogia se insere no quadro educacional, porque “pensar a escola à luz da Psicopedagogia, significa analisar um processo que inclui questões metodológicas, relacionais e socioculturais, englobando o ponto de vista de quem ensina e de quem aprende, abrangendo a participação da família e da sociedade” (BOSSA, 2019, p. 91).

De acordo com Oliveira (2019), o trabalho psicopedagógico é terapêutico e não para educar, pois não se tem, especificamente, um público-alvo. Além disso, o psicopedagogo tem uma função importante na educação de pessoas com problemas ou dificuldades de ordem física ou mental, conhecidas como Necessidades Educativas Especiais (NEE). Atualmente, as dificuldades de aprendizagem têm sido compreendidas como um fator de fracasso escolar e de insucesso familiar ou social. Por outro lado, não se deve desconsiderar a importância da atuação preventiva e as variáveis existentes no processo de aprendizagem.

O profissional psicopedagogo

Quanto ao papel do psicopedagogo, Bossa (2019) afirma que objetiva compreender o indivíduo, o porquê de ele não conseguir aprender e, também, o que ele pode aprender e como. Desse modo, o processo se inicia com diagnóstico, para posterior intervenção ou encaminhamento para tratamento psicológico ou psiquiátrico.

Observa-se que o psicopedagogo pode atuar em várias áreas de forma terapêutica e preventiva, usando de diversas estratégias, tentando solucionar os problemas que podem surgir. Por isso, pode-se dizer:

Cabe ao psicopedagogo perceber eventuais perturbações no processo de aprendizagem, participar da dinâmica da comunidade educativa, favorecendo a integração, promovendo orientações metodológicas de acordo com as características e particularidades dos indivíduos do grupo, realizando processo de orientação. Já que no caráter assistencial, o psicopedagogo participa de equipes responsáveis pela colaboração de planos e projetos no contexto teórico/prático das políticas educacionais, fazendo com que os professores, diretores e coordenadores possam repensar o papel da escola frente a sua docência e às necessidades individuais de aprendizagem da criança ou, da própria ensinagem. (BOSSA, 1994 *apud* SCALZER; SILVA, 2018, p.8).

Desse modo, o profissional psicopedagogo, através de técnicas, busca desenvolver habilidades e competências no indivíduo, usando estratégias que estimulam o processo educacional. Ao mesmo tempo, considera que a aprendizagem não acontece de forma igual para todos, pois cada indivíduo é único. Para Bossa (2019), o profissional faz avaliações, elabora diagnósticos psicopedagógicos (DIPp) e realiza intervenções para a superação das dificuldades de aprendizagem.

Segundo Vercelli (2012), o psicopedagogo institucional tem a função de apoiar as crianças a resolverem os atritos que encontram no caminho escolar ou até evitar que ocorram.

Em relação ao reconhecimento da profissão, pela ótica legislativa, alguns Projetos de Lei (PL), a nível federal, tentaram regulamentar a atuação do psicopedagogo. Em 1997, a PL nº 3124 apresentou a proposta para criação de um conselho federal para a classe, além da regulamentação da profissão, entretanto, a PL foi arquivada (BRASIL, 2004).

Em 2008, a PL nº 3512 foi apresentada para regularizar a atividade de psicopedagogo e, atualmente, encontra-se aguardando resposta do Senado Federal (BRASIL, 2008). Tramita também a PL 031, de 2010, que trata da regulamentação da profissão.

Na tentativa de incluir o profissional psicopedagogo na Educação Básica, outros projetos foram apresentados, a exemplo das PLs nº 8225, de 2014 e nº 209, de 2015, ambas arquivadas (BRASIL, 2014; 2015). Nesse contexto, a PL nº 3195, de 2019, busca incluir no artigo nº 28 da Lei nº 9.394, de 1996, o atendimento psicopedagógico nas instituições de ensino (BRASIL, 2019). Assim, percebe-se que, além de a profissão não possuir uma regulamentação e um conselho que possa orientar a atuação, o trabalho desse profissional não está inserido na Educação Básica.

É importante citar, ainda, a criação da Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp), em 1980, com sede São Paulo-SP. A Associação é de direito privado e busca pela regulamentação da profissão desde 1997; possui 15 sessões e 5 núcleos pelo país. Como forma de organização, cria e disponibiliza documentos de referência para a área, como estatuto, código de ética, informações sobre a atuação e sobre concursos públicos.

A Associação esclarece os seguintes campos de atuação do profissional psicopedagogo: clínico ou institucional (escola, hospital ou empresas no geral) e pesquisas. Assume ainda que a área possui caráter interdisciplinar, dialogando com a pedagogia, psicologia, fonoaudiologia e medicina (ABPp, 2020).

Psicopedagogia e Educação Infantil

Freitas e Corso (2016) afirmam que na atuação com a Educação Infantil é necessário que os professores sejam bem-informados e que utilizem o lúdico, por meio de brincadeiras, com o objetivo de melhorar o processo de aprendizagem. Nesse contexto, os autores evidenciam a importância da figura do psicopedagogo de forma preventiva, para que o processo de ensino-aprendizagem seja efetivo.

O psicopedagogo realiza o diagnóstico para identificar as falhas que estão sendo produzidas no processo de ensino-aprendizagem da criança envolvida. O docente não percebe que a forma que está trabalhando não está adequada ao modo como a criança assimila (VERCELLI, 2012).

De acordo com Pereira e Santos (2017), a formação do psicopedagogo tem por base a Sociologia da infância, A QUAL compreende estudos relacionados ao espaço, aos materiais e às experiências com a Educação Infantil. Para os autores, nessa etapa de ensino, a atuação do profissional ocorre, sobretudo, preventivamente, com atenção à importância que o brincar tem na vida da criança.

Na escola, o Psicopedagogo usa métodos especializados como a avaliação e as estratégias que proporcionam ao aluno, em sua individualidade, desenvolver as atividades escolares e, ao mesmo tempo, as suas potencialidades enquanto sujeito. Assim, a criança entra em contato com suas reações diante da tarefa e dos vínculos com o próprio objeto do conhecimento. Cabe ao psicopedagogo auxiliar a escola, restaurando sua atuação junto a alunos e professores (PEREIRA; SANTOS, 2017).

Além do caráter preventivo da Psicopedagogia, há também a atuação corretiva, que trata das dificuldades de aprendizagem que podem decorrer de deficiências intelectuais. De acordo com Moraes (2010, p. 6):

(...) o diagnóstico psicopedagógico abre possibilidades de intervenção e dá início a um processo de superação das dificuldades de aprendizagem. O foco do diagnóstico é o obstáculo no processo de superação das dificuldades. É o processo o qual analisa-se a situação do aluno com dificuldade dentro do contexto da escola, da sala de aula, da família; ou seja, é uma exploração problemática do aluno frente à produção acadêmica.

Nessa perspectiva, o profissional precisa interagir com outros profissionais para a construção de uma avaliação e das intervenções relacionados às condições de aprendizagem e do desenvolvimento da criança para, por fim, sugerir um tratamento psicopedagógico adequado. Sendo a atuação preventiva ou corretiva, deve-se considerar:

(...) o lúdico como um fenômeno psicológico e também psicopedagógico, como um fator determinante no desenvolvimento infantil e sujeito humano (desenvolvimento cognitivo, físico, mental e emocional), essencial na construção de sua personalidade, como fator de comunicação e relação com outras crianças, adultos e consigo mesmo. (RODRIGUES, 2016, p. 8).

Assim, segundo Rodrigues (2016), a atividade lúdica, no contexto da Educação Infantil, auxilia no desenvolvimento motor, cognitivo e socioafetivo, fazendo com que o brincar seja um instrumento para desenvolvimento social, cultural e individual da criança.

As atividades práticas colaboram para que os alunos obtenham um desenvolvimento melhor; logo o lúdico é um excelente recurso para o atendimento psicopedagógico. Ele serve para intervir ou avaliar, resgatar aspectos cognitivo, afetivo-emocional, expressão corporal e motora dos conteúdos ministrados em sala de aula (RODRIGUES, 2016).

METODOLOGIA

A presente pesquisa utilizou a abordagem qualitativa, a qual, segundo Silva e Menezes (2001, p. 20), “não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta da coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave”.

Quanto aos procedimentos técnicos, é uma pesquisa bibliográfica, pois utilizou apoio teórico encontrado em artigos científicos e livros. Caracterizou-se, também, como um estudo de caso, pois investigou poucos objetos (GIL, 2008). Quanto aos objetivos, revelou-se como uma pesquisa descritiva, pois buscou descrever um determinado fenômeno (GIL, 2008).

Quanto ao local da pesquisa, este estudo foi realizado em duas escolas da cidade de Ubá-MG, sendo uma da rede privada de ensino, denominada neste trabalho como “Escola Privada”, e outra da rede pública municipal, denominada como “Escola Municipal”. Foram convidados para participar desta pesquisa professores que atuam na Educação Infantil de ambas as escolas.

Para a coleta de dados, foi utilizado um questionário aberto, aplicado via *Google Forms*, contendo o total de 11 perguntas, sendo 4 de cunho sociodemográfico e 7 sobre a temática pesquisada. Segundo Gil (2008, p. 121):

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento, presente ou passado, etc.

Para a obtenção dos resultados, o material coletado foi organizado para leitura e apreciação por meio do método de Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (1977). De acordo com a autora (1977, p. 31), “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análises das comunicações”. Portanto, nesse método, os resultados foram analisados através da frequência de ocorrência de expressões e palavras nas comunicações coletadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo apresenta os resultados obtidos a partir da análise do questionário aplicado às professoras participantes, a fim de responder aos objetivos propostos nesta pesquisa. Está organizado em três subtópicos: Caracterização dos

participantes; Percepções das professoras sobre as intervenções e implicações psicopedagógicas na sala de aula; e Razões do acompanhamento psicopedagógicos, os quais relacionam as temáticas comuns encontradas a partir da frequência de sentidos encontrados no *corpus* de análise.

Características das participantes

Participaram das entrevistas seis professoras da escola municipal e três da escola privada investigada, todas do sexo feminino e com experiência anterior na Educação Infantil, conforme pode ser observado na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 - Caracterização sociodemográfica dos participantes

Identificação Fictícia	Escola	Sexo	Tempo de Atuação
Gaby	Escola municipal	Feminino	28 anos
Lili	Escola privada	Feminino	8 anos
Lúcia	Escola municipal	Feminino	23 anos
Elisa	Escola municipal	Feminino	5 anos
Nanda	Escola municipal	Feminino	17 anos
Helena	Escola municipal	Feminino	17 anos
Catarina	Escola municipal	Feminino	18 anos
Mary	Escola privada	Feminino	4 anos
Cris	Escola privada	Feminino	9 anos

Fonte: dados da pesquisa, 2021.

Como proposto inicialmente na pesquisa, todas as educadoras de ambas as escolas foram convidadas, totalizando dezenove professoras, porém apenas nove aceitaram participar. O *corpus* de análise foi tabulado em colunas, via recursos do próprio *Google Forms*, de maneira que foi possível identificar as palavras e os significados mais recorrentes. A partir disso, caracterizaram-se os subtópicos apresentados a seguir.

O papel do(a) psicopedagogo(a)

Constatou-se que recorrentemente as professoras participantes relacionaram a psicopedagogia a resolver problemas de dificuldades de aprendizagem dos alunos, com uma compreensão essencialmente corretiva. O papel do psicopedagogo, para elas, então, seria:

Identificar e atuar em possíveis dificuldades de aprendizagem ou transtornos, utilizando seus conhecimentos para favorecer e possibilitar o desenvolvimento do aluno. (LÚCIA, ESCOLA MUNICIPAL).

O psicopedagogo tem o papel de avaliar (identificar) as dificuldades de aprendizagem das crianças, realizar diagnóstico. (CRIS, ESCOLA PRIVADA).

Apesar de algumas professoras atribuírem a ideia de levar os alunos à superação das dificuldades como parte do papel do(a) psicopedagogo(a), a palavra “intervenção” não apareceu como componente da atuação do profissional. É válido lembrar que Bossa (2019) ressalta que esse profissional tem como função avaliar,

diagnosticar e intervir, buscando avaliar não somente se a criança aprende, mas como ela aprende.

Quanto ao local de atuação, as professoras identificaram a escola como principal espaço; contudo, foram recorrentes os termos que relacionam essa atuação às dificuldades de aprendizagem.

Deve atuar sempre que a criança possui dificuldade, pode atuar na escola ajudando o aluno e o professor. (CRIS, ESCOLA PRIVADA).

Acredito que devem atuar quando percebemos em sala de aula alguma dificuldade, seja de aprendizagem ou relacionamento. (LÚCIA, ESCOLA MUNICIPAL).

O caráter preventivo da psicopedagogia, como sugere Bossa (2019), foi tratado pelas entrevistadas, mas não de forma recorrente, ficando em segundo plano.

O acompanhamento psicopedagógico: razões

Em relação aos alunos que possuem acompanhamento psicopedagógico, observou-se uma diferença significativa entre as percepções das professoras da escola municipal e da escola privada. Na escola municipal, as professoras relacionaram raros casos de acompanhamento psicopedagógico; duas professoras (Catarina e Nanda) ressaltaram a pandemia como um fator que dificulta esse acompanhamento e a percepção dessa necessidade, quando em decorrência de dificuldades de aprendizagem.

Entretanto, na escola privada, a professora Mary destacou que em sua sala havia oito alunos com laudo, sendo a maioria com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e autismo.

Por outro lado, a professora Gaby (Escola municipal) relatou que, até então, em toda a escola, havia apenas dois casos em acompanhamento, sendo o autismo a razão do atendimento. Catarina, Helena e Nanda relataram atuar em salas em que não há alunos com acompanhamento psicopedagógico, mesmo acreditando que há necessidade de tê-lo.

A esse respeito, Oliveira (2019) ressalta a importância do trabalho terapêutico psicopedagógico, especialmente na educação de pessoas com problemas, tanto de ordem física quanto mental, ou como preventivo no processo de melhoria da aprendizagem. Para o autor, apenas dessa forma é possível promover as potencialidades do aluno, tornando-o “mais consciente e ativo no seu próprio processo de aprendizagem” (OLIVEIRA, 2019, p. 1).

Percepções sobre as intervenções psicopedagógicas e seus resultados

Quanto à percepção das participantes sobre as intervenções psicopedagógicas e suas implicações para a criança, elas se mostraram divididas entre as que acreditam que todo aluno precisa de acompanhamento e, por consequência, de intervenções psicopedagógicas e aquelas que afirmaram que não. Porém, todas afirmaram que o profissional auxiliaria a resolver problemas de aprendizagens relacionados a dificuldades – este foi o termo mais recorrente.

Assim, para elas, a necessidade de ter um atendimento psicopedagógico para todo aluno deve ocorrer:

para o auxílio de alunos com dificuldades. (ELISA, ESCOLA MUNICIPAL).

quando há um grau de dificuldade por parte do aluno que o professor não consegue detectar exatamente o motivo é não consegue desenvolvimento da aprendizagem. (NANDA, ESCOLA MUNICIPAL).

porque através disso conseguiríamos desvendar o processo de aprendizagens para corrigir déficits e dificuldades. (MARY, ESCOLA PRIVADA).

Para Bossa (2019), a psicopedagogia estuda o processo de aprendizagem, portanto vai além de “corrigir” as dificuldades, pois é uma área profissional que alcança várias categorias.

Sobre os resultados das intervenções, todas as professoras ressaltaram melhora no desenvolvimento do aluno, e algumas destacaram não somente o desenvolvimento escolar, mas em assumir uma postura mais segura, com maior interesse e aceitação em participar das atividades, além de melhoria nas relações interpessoais e na motivação.

Eu não observo apenas melhora no desempenho escolar enquanto conteúdo. Normalmente, crianças que passam por atendimento psicopedagógico possuem uma melhora de condições de aprendizagem de forma geral. Penso ainda no ganho de interação social dessa criança, pois como a família também é ouvida e orientada, as percepções dessa também reflete no desempenho escolar da criança. (CATARINA, ESCOLA MUNICIPAL).

Por outro lado, as professoras relataram várias consequências para a ausência de acompanhamento psicopedagógico, entre elas a mais recorrente foi a evasão escolar, ligada ao fracasso escolar, à insegurança, ao desinteresse, às dificuldades de aprendizagem. Essas percepções, conforme Jomar *et al.* (2014), são coerentes com a própria constituição da psicopedagogia enquanto área do conhecimento, que tem sua origem nas discussões sobre o fracasso escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho proporcionou a possibilidade de identificar as perspectivas dos docentes de Ubá/MG sobre as intervenções psicopedagógicas na Educação Infantil. Teve por objetivo verificar se os docentes entendem o papel do(a) psicopedagogo(a) na escola.

Em relação aos resultados das intervenções, verificou-se que são satisfatórios, pois, além de proporcionarem melhor desenvolvimento escolar, possibilitam que os alunos tenham confiança para participar das atividades e sintam-se estimulados e melhorem as relações interpessoais. As implicações da ausência das intervenções, por sua vez, são evasão, desânimo, desinteresse e dificuldades de aprendizagem. Por isso, entende-se que as crianças com acompanhamento se desenvolvem melhor, têm ganho de interação social, mais autonomia e autoestima mais elevadas.

Quanto às razões percebidas pelas professoras sobre o acompanhamento psicopedagógico, constatou-se que na escola pública municipal, apesar da existência de laudos, esse tipo de acompanhamento é raro. Já na escola privada, é mais

frequente. A pandemia da Covid-19 é um dos aspectos que dificultaram o acompanhamento, apesar de as participantes o considerarem necessário.

Concluiu-se que, de forma geral, os participantes entendem que o papel do psicopedagogo é, sobretudo, corretivo, relacionado à intervenção mediante as dificuldades de aprendizagem; logo, não enfatizam a função preventiva do profissional. Quanto à atuação, o espaço da escola foi considerado o ideal para a atuação do psicopedagogo.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Elza k. de Oliveira dos; DIAS, Juliana Rocha Adelino. Psicopedagogia: sua história, origem e campo de atuação. **Revista Revela**, n. XVIII, jul. 2015. Disponível em: http://www.fals.com.br/revela/revela026/ed18/elza_anjos.pdf. Acesso em: 19 abr. 2021.

BOSSA, N. **A Psicopedagogia no Brasil, contribuições a partir da prática**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Wak, 2011.

BOSSA, Nádia A. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. RS: Artmed, 2007.

BOSSA, Nádia. **A psicopedagogia no Brasil**. Rio de Janeiro: Wak, 2019.

BRASIL. Projeto de Lei nº 031 de 2010. **Dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia**, 2010. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/96399>. Acesso em: 22 fev. 2021.

BRASIL. Projeto de Lei nº 209 de 2015. **Institui o atendimento psicopedagógico na Educação básica e altera a Lei nº 9.394 de 1996**, 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=945952>. Acesso em: 22 fev. 2021.

BRASIL. Projeto de Lei nº 3124 de 1997. **Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Psicopedagogo, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicopedagogia e determina outras providências**, 1997. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=19139>. Acesso em: 22 fev. 2021.

BRASIL. Projeto de Lei nº 3195 de 2019. **Acrescente-se o artigo 28-A na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação para dispor sobre o atendimento psicopedagógico nas instituições de ensino**, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2205349>. Acesso em: 22 fev. 2021.

BRASIL. Projeto de Lei nº 3195 de 2019. **Acrescente-se o artigo 28-A na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação para dispor sobre o atendimento psicopedagógico nas instituições de ensino**, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2205349>. Acesso em: 22 fev. 2021.

BRASIL. Projeto de Lei nº 3512 de 2008. **Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Psicopedagogo, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicopedagogia e determina outras providências**, 2008. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=398499>. Acesso em: 22 fev. 2021.

BRASIL. Projeto de Lei nº 8225 de 2014. **Acrescente-se o inciso VIII ao artigo 24 da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação. Inclui**

o atendimento psicopedagógico na educação básica, 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=834335>. Acesso em: 22 fev. 2021.

FORMIGA, Christianne Nogueira Nonato; SANTOS, Vanderson Douglas Tavares; ARAÚJO, Vânia da Silva; MEDEIROS, Janaine de Freitas; MAMEDES, Rosilene Félix. **Aspectos da Ludicidade e a psicopedagogia no processo de ensino-aprendizagem**. In: VII Congresso Nacional de Educação. Centro Cultural de Exposições Ruth Cardoso, outubro, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/68057>. Acesso em: 22 fev. 2021.

FREITAS, Clariane do Nascimento de; CORSO, Helena Vellinho. A psicopedagogia na educação infantil: o papel das brincadeiras na prevenção das dificuldades de aprendizagem. **Rev. psicopedag.**, v. 33, n. 101, 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAÇA, Janilce Santos Domingues; SILVA, Arleide Barreto; NASCIMENTO, Michelline Roberta Simões. Aspectos históricos da psicopedagogia. In: **8º Encontro Internacional de Formação de Professores**, v. 9, n. 1, 2016. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/enfope/article/view/2572/0>. Acesso em: 30 mar. 2021.

JOMAR, Stefanne; GARCIA, Lorrany; SILVA, Janaina. **O fracasso escolar e o processo de ensino-aprendizagem: múltiplos olhares**. Capítulo I, 2014. Disponível em: <http://pdf.blucher.com.br.s3-sa-east-1.amazonaws.com/openaccess/9788580391664/20.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2008.

MORAES, Deisy Nara Machado de. Diagnóstico e avaliação psicopedagógica. Instituto de Desenvolvimento Educacional Alto Uruguai. **Revista de Educação Ideau**, v. 5, n. 10, 2010. Disponível em: https://www.passofundo.ideau.com.br/wp-content/files_mf/8f67579ee5bceffa8417c57b606de1cb203_1.pdf. Acesso em: 21 abr. 2021.

OLIVEIRA, Priscila. **O papel do psicopedagogo educacional**. Salvador, 2019. Disponível em: <https://monografias.brasile scola.uol.com.br/pedagogia/o-papel-psicopedagogo-educacional.htm#:~:text=Dentre%20as%20diversas%20%C3%A1reas%20de,aprendizagem%2C%20atendimento%20aos%20alunos%20e>. Acesso em: 21 abr. 2021.

PEREIRA, Sara da Silva; SANTOS, Renato Barbosa. **O psicopedagogo e a educação infantil: algumas considerações**. IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação, 2017. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/27405_14168.pdf. Acesso em: 12 abr. 2021.

RODRIGUES, Vânia. **O lúdico na psicopedagogia: os jogos como fator de desenvolvimento infantil**. Monografia (Graduação em Psicopedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/2643/1/VRS24112016.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2021.

SANTOS, Denise Moreira dos. **Como a psicopedagogia pode contribuir no tratamento das crianças autistas**. Monografia (Pós-graduação em Psicopedagogia) – Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, RJ, 2017. Disponível em: https://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/T205038.pdf. Acesso em: 19 abr. 2021.

SCALZER, Osana; SILVA, Fabiana Renata da. **Sobre o olhar do psicopedagogo: a importância desse profissional no âmbito escolar.** Faculdade de São Paulo, 2018. Disponível em: <https://facsapaulo.edu.br/wp-content/uploads/sites/16/2018/05/ed2/12.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2021.

SETUBAL, Juliana Pôrto. **O papel da psicopedagogia e abrangência de atuação deste profissional em organizações educacionais.** Monografia (Pós-graduação em Psicopedagogia Institucional) – Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, RJ, 2017. Disponível em: https://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/posdistancia/54712.pdf. Acesso em: 19 abr. 2021.

SILVA, Edna. L. da; MENEZES, Estera M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. Disponível em: <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/ppgcb/files/2011/03/Metodologia-da-Pesquisa-3a-edicao.pdf>. Acesso em: 5 maio 2021.

VERCELLI, Ligia de Carvalho Abões. O trabalho do psicopedagogo institucional. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 139, dez. 2012.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Porto Alegre: Bookman, 2001. Disponível em: https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia_da_pesquisa_estudo_de_caso_yin.pdf. Acesso em: 5 maio 2021.